

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA

Processo nº

: 10670.000574/2001-38

Recurso nº

: 129,505

Matéria

: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1997 a 2000

Recorrente

: SUPERMERCADOS S & C LTDA.

Recorrida Sessão de : DRJ-JUIZ DE FORA/MG : 18 de setembro de 2002

Acórdão

: 103-21.024

INTEMPESTIVIDADE - Verificado que o contribuinte apresentou impugnação após o prazo de trinta dias, apesar de regularmente notificado, improcede o recurso que pleiteava a reforma da decisão de

primeiro grau.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por SUPERMERCADOS S & C LTDA.,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

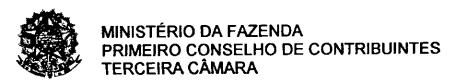
PRESIDENTE

RELATOR

FORMALIZADO EM: 18 OUT 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: EUGÊNIO CELSO GONÇALVES (Suplente Convocado), MÁRCIO MACHADO CALDEIRA. ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, JULIO CEZAR DA FONSECA FURTADO, EZIO

GIOBATTA BERNARDINIS e VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE



: 10670.000574/2001-38

Acórdão nº

: 103-21.024

Recurso nº

: 129.505

Recorrente

: SUPERMERCADOS S & C LTDA.

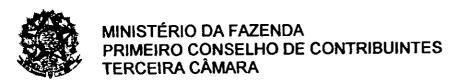
RELATÓRIO

- 1. Em decorrência de procedimento fiscal instaurado pela DRF/Montes Claros-MG, o contribuinte teve arbitrado os seus lucros nos exercícios de 1997 a 2000, anos-calendário 1996 a 1999 respectivamente, sendo lavrados os autos de infração para exigência do IRPJ (fls. 09/26) e CSLL (fls. 27/42).
- 2. Os autos de infração supracitados foram remetidos por via postal e recebidos em 02/07/2001, conforme AR de fls. 180.
- 3. Em 03/08/2001 foi lavrado o Termo de Revelia de fls. 181, em virtude do transcurso do prazo regulamentar, sem que tenha sido apresentada impugnação ou recolhido o crédito tributário lançado.
- 4. A DRF/Montes Claros-MG protocolou, em 07/08/2001, a petição impugnatória de fls. 182/189, firmada por advogado constituído, conforme procuração de fls. 120, datada de 23/07/2001.
- 5. A Delegacia de Julgamento em Juiz de Fora não tomou conhecimento da impugnação, conforme Acórdão DRJ/JFA nº 00.272, de 20/11/2001, assim ementado (fls. 204):

"PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVIDADE - A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada ao órgão.

jms -- 19/09/02

2



: 10670.000574/2001-38

Acórdão nº

: 103-21.024

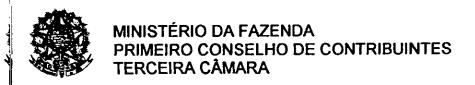
preparador no prazo de trinta dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência.

Impugnação não Conhecida."

6. Cientificado da decisão de primeira instância em 11/12/2001 (AR de fls. 211), o interessado interpôs, em 03/01/2002, o recurso voluntário de fls. 212/214, alegando que:

- a) o AR referente aos autos de infração foi recebido por pessoa desconhecida da empresa;
- b) ao tomar conhecimento da notificação, a autuada dirigiu-se à DRF/Montes Claros, onde foi informada por funcionária que o prazo para impugnação findava no dia 07/08/2001;
- c) essa funcionária, ao juntar o AR de fls. 180, em 31/07/2001, anotou :
 "Juntei o AR referente ao auto de infração. Aguarde-se o pagamento ou impugnação.";
- d) não pôde ter vista do AR para comprovação do recebimento, pois somente foi juntado aos autos no dia 31/07/2001;
- e) a interessada ficou prejudicada em seus direitos e solicita seja considerada tempestiva a impugnação anteriormente apresentada, transcrevendo, em apoio de sua tese, ementa do Acórdão nº 106-5518 DON de 21/02/97;

jens - 19/09/02



: 10670.000574/2001-38

Acórdão nº

: 103-21.024

- f) na contagem do prazo exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento (CTN, art. 211);
- g) o dia 03 de julho é feriado municipal, deslocando o termo inicial da contagem de prazo para o dia 04 de julho;
- h) "já havia um procurador constituído no processo e que foi requerida, EXPRESSAMENTE, que todas as intimações fossem dirigidas ao seu escritório, no que não foi atendido."
- i) reproduz a ementa do Acórdão CSRF/01-2288-DOU de 07/05/98, que ampara a pretensão de preterição do direito de defesa, quando a intimação é feita em endereço diverso do advogado da parte, quando expressamente requerido;
 - j) encerrando suas razões de recurso, o interessado consigna:
 - "Assim, atacada a intempestividade da impugnação declarada na decisão recorrida, impõe-se à segunda instância administrativa conhecer do recurso voluntário, no tocante, apenas, às razões contrárias àquela declaração, para negar-lhe provimento, caso não fique suficientemente provado o atendimento ao prazo regulamentar" (fls. 214);
- l) ao final, "reitera o pedido para que todas as comunicações e intimações sejam remetidas para o advogado legalmente constituído a fls. e fls. , para o endereço constante no respectivo instrumento de procuração."
- 7. A DRF/Montes Claros informa que a decisão de primeiro grau limitou-se à apreciação da intempestividade da impugnação, "motivo pelo qual não foi exigido do contribuinte depósito ou arrolamento de bens" (fls. 215).

É o relatório.

jms – 19/09/02

4

: 10670.000574/2001-38

Acórdão nº

: 103-21.024

VOTO

Conselheiro PASCHOAL RAUCCI, Relator

- 8. O recurso foi apresentado dentro do prazo de trinta dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.
- 9. O apelo dirigido a este E. Primeiro Conselho de Contribuintes tem por escopo, exclusivamente, a reforma da decisão recorrida quanto à declaração de intempestividade feita em primeira instância, para que esta possa conhecer das razões de direito formuladas na fase impugnatória.
- 10. Diante dessas circunstâncias, entendo válidas as considerações da DRF/Montes Claros, para desonerar o recorrente do arrolamento de bens (fls. 215), pois isso implicaria em exigir garantia de instância para julgamento na fase anterior à recursal, hipótese não prevista em lei.
- 11. Ante o exposto, e em face de ser tempestivo o recurso voluntário, entendo que o mesmo preenche os requisitos para sua admissibilidade, por isso que dele tomo conhecimento.
- 12. Passo a examinar as alegações de defesa, tal como pontuadas, iniciando pelo recebimento dos autos de infração por via postal (AR de fls. 180).
- 13. Nos Mandados de Procedimento Fiscal, nos Autos de Infração, nos Termos Fiscais e nas DIRPJ's juntadas ao processo, o endereço do contribuinte é na Av. Donato Quintino, nº 125 Montes Claros-MG, o mesmo que figura no AR de fls. 180.

Portanto, não houve falha de endereçamento.

jms -- 19/09/02



: 10670.000574/2001-38

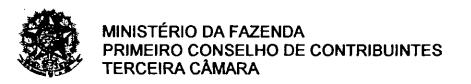
Acórdão nº

: 103-21.024

- 14. O Acórdão nº 106-5518/97, invocado no recurso (fls. 213), aplica-se aos casos em que não houver prova de ter sido entregue a intimação no endereço do destinatário, situação diversa da verificada nestes autos.
- 15. A própria recorrente afirma que "ao tomar conhecimento da NOTIFICAÇÃO entregue por via postal cujo AR fora assinado por pessoa desconhecida da empresa, a autuada procurou a DRF de Montes Claros ..." (fls. 212, último parágrafo), demonstrando, pois, ter sido cientificada da autuação.
- 16. É desprovida de significação jurídica a alegação de que servidora da repartição fez a contagem de prazo, indicando a data de 07/08/01, induzindo o recorrente a erro.
- 17. A responsabilidade para tomar ciência e praticar os atos processuais cabíveis compete ao contribuinte ou ao seu representante legal, não podendo ser transferida a terceiros.
- 18. Quanto à informação anotada a fls. 180, onde a servidora declara que está procedendo à juntada do AR, devendo ser aguardado o pagamento ou impugnação, cumpre esclarecer que essa informação é datada de 31/07/01, quando ainda corria o prazo para pagamento ou impugnação, nada havendo de estranho ou errado.
- 19. No que respeita aos prazos, a norma para seu cômputo está preceituada no art. 210 e seu par. único do CTN. Assim, mesmo que o dia 03 de julho tenha sido feriado municipal, o início da contagem seria o dia 04 de julho, completando-se o trintídio no dia 03 de agosto, mas ainda assim não teria sido atendido o prazo estabelecido no art.

jms – 19/09/02

6



: 10670.000574/2001-38

Acórdão nº

: 103-21.024

33 do Decreto nº 70235/72, pois a petição impugnatória somente foi protocolada no dia 07 de agosto de 2001 (fls. 182).

- 20. No que concerne a alegação de que a notificação deveria ser remetida ao endereço do advogado, constante da procuração juntada aos autos, impõe-se consignar que a única procuração anexada ao processo é apresentada junto com a impugnação, datada de 23/07/2001 e com reconhecimento de firma no dia 06/08/2001. No AR de fls. 180 a data do recebimento é 02/07/2001 e o endereço é o da recorrente.
- 21. Sob todos os aspectos examinados, não se vislumbra qualquer fundamento para reformar a decisão de primeira instância, que declarou a intempestividade da peça impugnatória, dela não tomando conhecimento.

CONCLUSÃO:

Ante as razões fáticas e jurídicas supra e retro expostas, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 18 de setembro de 2002

PASCHOAL RAUCCI

ims - 19/09/02